



<b>Processo nº</b>	10715.000643/2006-54
<b>Recurso</b>	Especial do Procurador
<b>Acórdão nº</b>	<b>9303-010.631 – CSRF / 3ª Turma</b>
<b>Sessão de</b>	15 de setembro de 2020
<b>Recorrente</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	LABS EXAMES COMPLEMENTARES EM MEDICINA LTDA.

### **ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Data do fato gerador: 31/03/2000, 28/04/2000, 31/05/2000, 30/06/2000, 31/07/2000, 31/08/2000, 15/03/2001

PEDIDOS DE COMPENSAÇÃO. APRECIAÇÃO. CINCO ANOS. CONVERSÃO EM DCOMP.

Os pedidos de compensação de crédito financeiro contra a Fazenda Nacional com débitos tributários do mesmo contribuinte, pendentes de apreciação pela autoridade administrativa, serão considerados declaração de compensação, desde o seu protocolo, para os efeitos previstos no art. 74 da Lei nº 8.430/9.

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO (DCOMP). HOMOLOGAÇÃO TÁCITA. OCORRÊNCIA.

Ocorre a homologação tácita da Dcomp depois de decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de sua apresentação/transmissão.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial e, no mérito, em negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Rodrigo da Costa Pôssas - Presidente em exercício e relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Andrada Marcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Valcir Gassen, Jorge Olmiro Lock Freire, Erika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Ceconello, Rodrigo da Costa Possas.

### **Relatório**

Trata-se de Recurso Especial interposto tempestivamente pela Fazenda Nacional contra o Acórdão nº 3202-00.134, de 01/07/2010, proferido pela Segunda Turma Ordinária da Segunda Câmara da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

O Colegiado da Câmara Baixa, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso voluntário, quanto ao pedido de restituição, e deu provimento parcial, quanto à compensação, apenas para determinar a remessa dos autos à DRF de origem para apreciar o pedido de compensação, conforme ementa transcrita a seguir, na parte que interessa ao litígio em discussão:

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Data do fato gerador: 15/09/1999, 15/09/1998, 21/10/1998, 25/11/1999, 06/12/1999, 06/01/2000, 19/07/2000

**COMPENSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO TÁCITA. RECONHECIMENTO PELA DRJ.**

Considerando que a homologação tácita de determinadas declarações de compensação já foram reconhecidas pela DRJ, e, mais ainda, considerando o próprio Princípio da Economia Processual, os autos devem ser encaminhados repartição de origem com jurisdição sobre o domicílio fiscal da contribuinte para adoção dos devidos procedimentos A efetiva homologação das compensações.

Intimada desse acórdão, a Fazenda Nacional interpôs recurso especial, suscitando divergência jurisprudencial, quanto à ocorrência da homologação tácita das compensações informadas nos respectivos pedidos de compensação, alegando, em síntese, que o prazo de cinco anos, disposto no art. 74, § 5º, da Lei nº 9.430/96, c/c a redação dada pela Medida Provisória (MP) nº 135, de 30/10/2003, convertida na Lei nº 10.833/2003, aplica-se somente aos pedidos/declarações, protocolados a partir de 30/10/2003.

Por meio do Despacho de Admissibilidade às fls. 391/393, o Presidente da Terceira Câmara da Terceira Seção deu seguimento ao recurso especial da Fazenda Nacional.

Intimado do acórdão recorrido, do recurso especial da Fazenda Nacional e do despacho da sua admissibilidade, o contribuinte não se manifestou.

Em síntese é o relatório.

## Voto

Conselheiro Rodrigo da Costa Pôssas, Relator.

O recurso da Fazenda Nacional atende aos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 67, do Anexo II, do RICARF; assim, deve ser conhecido.

A Fazenda Nacional questiona a ocorrência da homologação tácita das compensações dos débitos tributários vencidos, informadas nos respectivos pedidos de compensação, objeto dos autos em discussão.

A Lei nº 9.430, de 27/12/1996, que trata de compensação de crédito financeiro contra a Fazenda Nacional com débito tributário vencido, ambos do mesmo sujeito passivo, mediante a transmissão de Dcomp, assim dispõe:

Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de resarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão. (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)

§ 1º A compensação de que trata o caput será efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração na qual constarão informações relativas aos créditos utilizados e aos respectivos débitos compensados.(Incluído pela Lei nº 10.637, de 2002)

§ 2º A compensação declarada à Secretaria da Receita Federal extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.(Incluído pela Lei nº 10.637, de 2002)

(...).

§ 4º Os pedidos de compensação pendentes de apreciação pela autoridade administrativa serão considerados declaração de compensação, desde o seu protocolo, para os efeitos previstos neste artigo.(Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)

(...).

§ 5º O prazo para homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo será de 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da declaração de compensação. (Redação dada pela Lei nº 10.833, de 2003).

(...).

Segundo o § 4º citado e transcrito, todos os pedidos de compensação pendentes de apreciação pela autoridade administrativa, a partir 1º de outubro de 2002, foram convertidos em Declaração de Compensação (Dcomp), desde o seu protocolo, para os efeitos previstos no art. 74. Já o § 5º, diz que o prazo para homologação será de cinco anos.

No presente caso, os Pedidos de Compensação, foram protocolados nas datas de 19/10/2000 e 15/03/2001.

Contudo, o despacho decisório, cópia às fls. 136/138, foi proferido na data de 18/08/2006, sendo que o contribuinte foi intimado dele em 17/08/2006, conforme despacho às fls. 141, depois de decorridos mais de cinco anos dos seus protocolos.

Assim, na data em que o contribuinte foi intimado do despacho decisório, já havia extinguido o prazo quinquenal de que a autoridade administrativa dispunha para homologar as compensações declaradas e, consequentemente, ocorreu a homologação tácita das Dcomp em discussão, cabendo à autoridade administrativa homologá-las.

Em face do exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso especial da Fazenda Nacional.

(documento assinado digitalmente)  
Rodrigo da Costa Pôssas